



ILUSTRÍSSIMO SENHOR SECRETÁRIO-GERAL DE ADMINISTRAÇÃO DO TRIBUNAL DE CONTAS DO DF,

Como Pregoeira incumbida de realizar o procedimento licitatório, na modalidade Pregão Eletrônico, sob o nº 26/2016, que tem como objeto a contratação, por meio de execução indireta, de serviços de: vigilância patrimonial armada (ITEM 1) e brigada de incêndio (ITEM 2), para o atendimento das necessidades da Escola de Contas Públicas do Tribunal de Contas do Distrito Federal (TCDF), venho submeter à sua apreciação o recurso apresentado pela empresa CITY SERVICE SEGURANÇA LTDA. (CNPJ nº 37.077.716/0001-05 - e-Doc F4FEB526, Peça nº 99) – doravante denominada **RECORRENTE** – contra os atos de aceitação da proposta e habilitação da empresa DLF ENGENHARIA COMÉRCIO E REPRESENTAÇÃO LTDA. (CNPJ nº 03.591.509/0001-44) – doravante denominada **RECORRIDA**.

DO RECURSO

2. A RECORRENTE, CITY SERVICE SEGURANÇA LTDA., solicita que o ato de habilitação da RECORRIDA, DLF ENGENHARIA COMÉRCIO E REPRESENTAÇÃO LTDA, para o ITEM 2 do certame (brigada de incêndio), seja tornado sem efeito, com base nas seguintes alegações em suma:

2.1 – A Classificação Nacional das Atividades Econômicas (CNAE), principal e secundárias, da RECORRIDA, constante do Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (e-Doc 609FBF06, Peça nº 93 –pág. 282), transcritas abaixo, não possuiriam relação com o objeto do certame, devendo a proposta da empresa ter sido recusada tendo em vista a vedação de que trata o item 4.4.1 do Edital do Pregão Eletrônico nº 26/2016;

Atividade econômica Principal: 43.21-5-00 - Instalação e manutenção elétrica

Atividades Econômicas Secundárias:

41.20-4-00 - Construção de edifícios

71.12-0-00 - Serviços de engenharia

78.20-5-00 - Locação de mão-de-obra temporária

81.21-4-00 - Limpeza em prédios e em domicílios

82.99-7-99 - Outras atividades de serviços prestados principalmente às empresas não especificadas anteriormente



42.11-1-01 - Construção de rodovias e ferrovias
47.42-3-00 - Comércio varejista de material elétrico
47.44-0-99 - Comércio varejista de materiais de construção em geral
43.22-3-03 - Instalações de sistema de prevenção contra incêndio

“O edital estabelece de forma específica que:

4.4. Não poderão participar desta licitação, sob pena de recebimento das sanções previstas neste Edital:

4.4.1. As empresas que:

1. não explorem ramo de atividade compatível com o objeto desta licitação;”

2.2 – A RECORRIDA teria deixado de cotar o percentual de 20% referente ao INSS patronal, empregando, indevidamente, o benefício da desoneração da folha de pagamento;

2.3 – *“Ocorre que os serviços que serão prestados no certame em questão não são passíveis de desoneração da folha. Caso assim entendesse, estaria por permitir um critério que beneficiaria única e exclusivamente a empresa DLF Engenharia Comércio e Representação LTDA”;*

2.4 – O objeto do certame é que definiria a possibilidade ou não da desoneração da folha de pagamento, pois, *“caso contrário, qualquer empresa poderia alterar o CNAE para se beneficiar, caracterizando, dessa forma, fraude fiscal. Alias, se não fosse a desoneração utilizada de forma indevida, a proposta da empresa recorrida não estaria entre as primeiras colocadas”.*

2.5 – A classificação de uma proposta indevida, utilizando benefícios que não condizem com o objeto do certame, feriria os princípios da licitação pública, em especial o da vinculação ao instrumento convocatório.

DAS CONTRARRAZÕES

3. No prazo previsto no inciso XVIII do art. 4º da Lei nº 10.520/2002, a RECORRIDA registrou suas contrarrazões no Sistema do ComprasNet (e-Doc FBE7EB5E, Peça nº 100).

4. A RECORRIDA em suas contrarrazões argumenta que:

4.1 – o enquadramento de suas atividades principal e secundária, conforme a Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE), constantes do seu Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (Cartão CNPJ), seria compatível com o objeto licitado;



4.2 – seria beneficiária da Lei nº 12.546/2011, que a desonera do recolhimento previdenciário de 20% sobre a folha de pagamento, sendo aplicável, ainda, ao presente caso, o disposto no art. 9º, §§ 9º e 10 do mencionado diploma legal;

4.3 – o art. 7º, § 6º, da Lei nº 12.546/2011¹, prevê a hipótese de contratação das empresas desoneradas para a execução de serviços mediante a cessão de mão de obra. Esse artigo, também, remete ao art. 31 da Lei nº 8.212/1991:

“entende-se como cessão de mão-de-obra a colocação à disposição do contratante, em suas dependências ou nas de terceiros, de segurados que realizem serviços contínuos, relacionados ou não com a atividade-fim da empresa, quaisquer que sejam a natureza e a forma de contratação”.

4.4 – possui diversos outros contratos, nos quais seria aplicado o regime de desoneração da folha de pagamento, *“não sendo razoável que aqueles entes contratantes aceitariam a desoneração sem que houvesse respaldo legal para tal”.*

5. Dessa feita, a RECORRIDA requer o não provimento do recurso interposto, haja vista a incongruência das razões recursais, solicitando, ainda, que seja mantida a decisão que a declarou vencedora do certame.

DOS COMENTÁRIOS

6. Preliminarmente, informamos que os registros do recurso e o das contrarrazões foram tempestivos.

7. Cabe destacar, inicialmente, que a aferição da hipótese de vedação de participação no certame, prevista no inciso I do item 4.4.1 do Capítulo IV do Edital do Pregão Eletrônico TCDF nº 26/2016 (e-Doc 15D110A2, Peça nº 45), tem como principal documento de análise o objeto disposto no contrato social da empresa com fulcro no art. 997, II do Código Civil.

8. Nesse sentido, o objeto da RECORRIDA, constante da Cláusula Terceira de seu contrato social, com redação dada pela 5ª Alteração desse instrumento (e-Doc 609FBF06, Peça nº 93 – pag.108), é plenamente compatível com o ITEM 2 do Pregão Eletrônico TCDF nº 26/2016 por constar de forma expressa os serviços de brigada de incêndio, *verbis*:

¹ Regulamentado e reprisado pelo art. 9º da IN RFB nº 1436/2013, citado nas contrarrazões.



“Cláusula Terceira

*O objetivo da sociedade é a prestação de serviços externos de engenharia, **locação de mão-de-obra**, conservação e limpeza de móveis e imóveis, instalação, montagem, manutenção preventiva e corretiva, operação e assistência técnica de equipamentos elétricos, eletrônicos, hidráulicos, de telefonia, **prevenção e combate a incêndio**, **brigada de incêndio**, ar condicionado, elevadores e escadas rolantes, refrigeração informática, grupo gerador, nobreak, energia solar, automação predial e demais equipamentos correlatos ao ramo; representação comercial por conta própria e de terceiros, construção civil, reformas, urbanização, saneamento, pavimentação e terraplenagem, com compra e venda no atacado e no varejo de material de construção em geral, elétrico, hidráulico, eletrônico, peças para condicionadores de ar, elevadores, escadas rolantes, de telefonia, refrigeração, informática e todo correlato ao ramo com estoque no local e manutenção em dispositivos de controle e monitoramento dos sistemas (centrais de automação dos sistemas de ar condicionado)”.(grifo nosso)*

9. Ressaltamos, também, que a RECORRIDA encontra-se regularmente autorizada pelo Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal (CBMDF) para a prestação de serviços de brigada, conforme Certificado de Credenciamento junto ao CBMDF, constante dos documentos de sua habilitação (Peça nº 93, e-Doc 609FBF06 – pág. 266).

10. Ademais, no que tange ao Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (Cartão CNPJ - Peça nº 93 - e-Doc 609FBF06 – pág.282) da empresa, cabe destacar que a empresa possui sim duas atividades econômicas secundárias compatíveis com o objeto do Item 2 do certame em tela, cuja essência é a cessão / locação de mão de obra e a prevenção e combate a incêndio.

11. Note-se, inclusive, que o CNAE 43.22-3-03, constante do cartão CNPJ da RECORRIDA, é citado de forma expressa no Anexo V do Edital do Pregão Eletrônico nº 26/2016 (Memória de Cálculo dos Encargos Sociais e Trabalhistas), *verbis*:

Resumo Cartão CNPJ da RECORRIDA:

Atividade econômica Principal: 43.21-5-00 - Instalação e manutenção elétrica
Atividades Econômicas Secundárias: 41.20-4-00 - Construção de edifícios 71.12-0-00 - Serviços de engenharia 78.20-5-00 - Locação de mão-de-obra temporária 81.21-4-00 - Limpeza em prédios e em domicílios 82.99-7-99 - Outras atividades de serviços prestados principalmente às empresas não especificadas anteriormente 42.11-1-01 - Construção de rodovias e ferrovias 47.42-3-00 - Comércio varejista de material elétrico 47.44-0-99 - Comércio varejista de materiais de construção em geral 43.22-3-03 - Instalações de sistema de prevenção contra incêndio

Anexo V do Pregão Eletrônico nº 26/2016:

**Observação:**

1) Atividade(s) econômica(s) principal(ais) considerada(s), segundo o CNAE 2.0 e Instrução Normativa RFB nº 971/2009:

CNAE	RAT	FPAS	Descrição da Atividade
80.11-1/01	3,00%	515	Atividade de vigilância e segurança privada
43.22-3/03	3,00%	507	Instalações de sistema de prevenção contra incêndio

12. Com relação à desoneração tributária da empresa, nos termos da Lei nº 12.546/2011, que cria um regime de contribuição previdenciária sobre a receita bruta (CPRB), em substituição à contribuição previdenciária sobre a folha de pagamentos (INSS – Patronal), cabe informar que a RECORRIDA encontra-se legalmente desonerada em razão de sua atividade econômica principal (CNAE) pertencer ao grupo 432, nos termos do art. 7º, inciso IV da citada Lei. Frise-se que, ao contrário do alegado na peça recursal, não é o objeto do certame que define a desoneração tributária, e sim se as condições do mencionado diploma legal para a efetivação dessa desoneração são atendidas ou não.

Lei nº 12.546/2011

Art. 7º Poderão contribuir sobre o valor da receita bruta, excluídos as vendas canceladas e os descontos incondicionais concedidos, em substituição às contribuições previstas nos incisos I e III do caput do art. 22 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991: (Redação dada pela Lei nº 13.161, de 2015)
(...)

IV - as empresas do setor de construção civil, enquadradas nos grupos 412, 432, 433 e 439 da CNAE 2.0;

13. Destacamos que a Lei nº 12.546/2011 não impede que a empresa desonerada exerça outras atividades econômicas, e prevê expressamente em seu art. 9, §§ 9º e 10, que, quando a desoneração se der em razão do seu enquadramento no CNAE, a incidência da CPRB, ao invés do INSS patronal, se aplicará também sobre as receitas oriundas das outras atividades fins da empresa, *verbis*:

Lei nº 12.546/2011

Art. 9º Para fins do disposto nos arts. 7º e 8º desta Lei:

(...)

§ 9º As empresas para as quais a substituição da contribuição previdenciária sobre a folha de pagamento pela contribuição sobre a receita bruta estiver vinculada ao seu enquadramento no CNAE deverão considerar apenas o CNAE relativo a sua atividade principal, assim considerada aquela de maior receita auferida ou esperada, não lhes sendo aplicado o disposto no § 1º. (Redação dada pela Lei nº 12.844, de 2013)



§ 10. Para fins do disposto no § 9º, a base de cálculo da contribuição a que se referem o caput do art. 7º e o caput do art. 8º será a receita bruta da empresa relativa a todas as suas atividades. (grifo nosso)

14. É oportuno frisar, que ao contrário do alegado pela RECORRENTE, não basta que a empresa altere o seu CNAE para ter o benefício legal, e sim que a maior receita auferida pela empresa seja oriunda da atividade econômica desonerada, conforme disposto no art. 9º, §9º da Lei nº 12.546/2011, transcrito acima. Nesse sentido, também, é a Solução de Consulta COSIT nº 107, de 04.05.2015, da Secretaria da Receita Federal do Brasil (e-Doc 31D12E05, Peça nº 101), de cujo texto extrai-se o seguinte excerto:

Solução de Consulta COSIT nº 107/2015 - RFB

CONTRIBUIÇÃO SUBSTITUTIVA. DESONERAÇÃO DA FOLHA DE PAGAMENTO. CONSTRUÇÃO CIVIL. EMPRESAS ENQUADRADAS PELA CNAE. RECEITA DA ATIVIDADE PRINCIPAL. RECEITA ESPERADA. RECEITA AUFERIDA.

As empresas sujeitas ao recolhimento da contribuição previdenciária substitutiva de que trata a Lei nº 12.546, de 2011, vinculadas a essa sistemática em razão de atividade econômica definida na CNAE, **terão sua receita total assim enquadrada por força da classificação relativa à sua atividade principal, qual seja, a vinculada à maior receita auferida ou esperada.** A definição da atividade principal segundo o código CNAE é baseada na receita esperada quando as atividades estiverem sendo iniciadas, ou na receita auferida, nas demais hipóteses. (grifo nosso)

15. Além disso, é importante mencionar que a proposta da RECORRIDA não fere o princípio da vinculação do instrumento convocatório, pois os itens 6.2.3 e 9.3.2 do Anexo I do Edital de Pregão Eletrônico TCDF nº 26/2016, transcritos abaixo, determinam ao licitante que observe e preencha as planilhas da proposta de preços de acordo com o seu regime de tributação, sendo que no presente caso a CPRB integra o regime tributário da RECORRIDA.

Anexo I do Pregão Eletrônico nº 26/2016:

6.2.3. Na Planilha Constante do Anexo IV foi adotado, apenas para fins de estimativa dos preços dos serviços, o regime de tributação pelo Lucro Real para o ITEM 1, e pelo Lucro Presumido para o ITEM 2, **devendo a licitante, quando da confecção de sua proposta, observar o seu regime tributário, bem como o disposto no item 9.3 do presente Anexo.**

(...)

9.3.2. A licitante deverá preencher sua proposta de preços em conformidade com os modelos de planilhas constantes do Anexo VI (Modelo de Planilhas de Composição de Custos e Formação de Preços dos Serviços para Propostas de Preços) do Edital, **adaptadas, quando for o caso, ao regime de tributação do licitante,** observado, ainda, o disposto no item 5.10 do Edital. (grifo nosso)



16. Ressaltamos que benefícios legais tributários, como no caso da CPRB (Lei nº 12.546/2011) e do Simples Nacional (Lei Complementar nº 123/2006), não ferem o princípio da isonomia entre os licitantes, uma vez que foram concedidos por Lei e atendem às finalidades previstas pelo legislador pátrio.

17. Nesse sentido, cabe trazer à baila o teor do Acórdão Plenário TCU nº 480/2015 – Plenário (e-Doc 484FDDD5, Peça nº 102), que analisou caso análogo ao presente recurso, e cuja posição é idêntica à sustentada na presente análise, conforme se depreende da leitura do sumário do mencionado Acórdão, *verbis*:

*Representação acerca de irregularidades em pregão eletrônico para contratação de serviços continuados de apoio administrativo. Arguição de vantagem indevida, auferida pela licitante vencedora, em decorrência do regime de Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta (CPRB), instituído pela Lei 12.546/2011 para fins de desoneração da folha de pagamentos. Possível violação dos princípios da legalidade e da isonomia sob o argumento de que a atividade econômica principal da licitante vencedora seria incompatível com o objeto da licitação. Improcedência. Existência de prova de cadastro em atividade econômica secundária compatível com os serviços licitados. Regular enquadramento da empresa no regime de CPRB, nos termos da legislação em vigor. Prejudicialidade do pedido de medida cautelar para suspensão dos atos do certame. **O atendimento à legislação tributária no tocante ao enquadramento de pessoa jurídica no regime de contribuição previdenciária sobre a receita bruta, nos termos da Lei 12.546/2011, não impõe vantagem indevida - e, portanto, não viola o princípio da isonomia - em licitação pública desde que haja compatibilidade entre os serviços licitados e os constantes do cadastro de atividades econômicas do proponente.** (grifo nosso) (Acórdão Plenário TCU nº 480/2015 – Plenário – Relato Ministro Augusto Nardes).*

18. Dessa forma, afastam-se as alegações da RECORRENTE acerca dos supostos vícios e impropriedades apontados na proposta da RECORRIDA.

CONCLUSÃO

19. Ante o exposto, tendo em conta as alegações apresentadas pela RECORRENTE, a defesa oferecida pela RECORRIDA e as considerações trazidas à baila, concluímos pelo **não provimento** do recurso apresentado.

20. Esclarecemos, por oportuno, que o sistema *ComprasNet* prevê o Pregoeiro como responsável, em primeira instância, pela decisão do recurso, sendo que, em caso de decisão pela improcedência, este automaticamente estabelece um duplo grau de jurisdição,



delegando à autoridade competente os poderes para prolatar a decisão final, procedimento esse previsto no item 16.3 do ato convocatório (e-Doc 15D110A2, Peça nº 45), transcrito a seguir:

“16.3 As intenções de recurso não admitidas e os recursos rejeitados pelo Pregoeiro serão apreciados pela autoridade competente, que proferirá decisão definitiva antes da homologação do procedimento.”

21. Assim, a decisão do Pregoeiro foi cadastrada no sistema eletrônico, restando pendente a decisão da autoridade competente (e-Doc 931179C5, Peça nº 103).

22. Após o lançamento da decisão do recurso, em segunda instância, pela autoridade competente, os autos devem retornar ao Pregoeiro para as medidas concernentes.

À superior consideração.

Brasília (DF), em 15 de agosto de 2016.

ASSINADO DIGITALMENTE

Alessandra Ribeiro Astuti
Pregoeira

De acordo,
Brasília (DF), 15 de agosto de 2016.

ASSINADO DIGITALMENTE

Wildson Prado Oliveira
Serviço de Licitação
Chefe

De acordo.

À Secretaria-Geral de Administração.
Brasília - DF, em 15 de agosto de 2016.

ASSINADO DIGITALMENTE

Leonardo José Alves Leal Neri
Secretário da SELIP